

JETON

Os deputados discutem. E não chegam a um acordo.

A sessão noturna de ontem do Congresso mais uma vez foi marcada por bate-boca e agressões verbais contra o presidente José Fragelli. O decreto-lei que instituiu a equivalência salarial para os mutuários do BNH deixou de ser apreciado por falta de **quórum**, na oitava sessão consecutiva. Os 148 deputados e 29 senadores que assinaram a lista de presença acabaram recebendo seus **jetons**, embora nem a metade deles tenha comparecido ao plenário. Fragelli foi acusado de "destemperado", "despreparado" e de estar colocando o Congresso em "situação vexatória todas as noites".

As 18h35, o senador José Fragelli abriu a sessão com a lista de presença acusando **quórum** suficiente apenas para a leitura de projetos de decreto legislativo. Ele anunciou que iria proceder à verificação do **quórum**, já que a segunda sessão seria destinada à votação do decreto-lei que exigiria **quórum** qualificado, ou seja, 240 deputados e 36 senadores.

Os parlamentares protestaram, e José Fragelli afirmou que não iria abrir a sessão apenas para pagar **jeton** aos ausentes. O líder em exercício do PDT, deputado Amaury Müller (RJ), tentou argumentar com o regimento, lembrando que apenas por solicitação dos líderes ou de 1/6 do plenário a verificação poderia ser feita pela presidência. Fragelli respondeu que o seu raciocínio era lógico: "Se não tem **quórum** para votação, como indica a lista de presença, não ha razão nenhuma para que seja aberta".

Já na semana passada, em função de constantes reclamações dos congressistas, o senador José Fragelli determinou à sua assessoria a realização de estudos para resolver o problema criado pelos **jetons** no Congresso. Mesmo enfrentando a irritação dos parlamentares, que se consideraram humilhados e se recusaram a responder à chamada nominal, Fragelli não voltou atrás: a cada sessão, mandava cortar os **jetons**.

Em função disso, o clima entre os congressistas ficou tenso, levando as lideranças partidárias a buscarem uma solução definitiva para a questão. Ontem, o líder do governo e do PMDB no Senado, Alfredo Campos, que apóia Fragelli, revelou que já estão sendo coletadas na Casa as assinaturas necessárias à apresentação de emenda que restabelece as prerrogativas parlamentares, o mesmo devendo ser feito na Câmara. A proposta resulta de estudos de uma comissão especialmente criada para debatê-las e incorporar os **jetons** à parte fixa dos subsídios parlamentares. Se não fosse a polêmica existente em torno do assunto, possivelmente não haveria pressa em votar a emenda das prerrogativas.

Hoje haverá esforço concentrado no Senado, para votação das normas eleitorais e, se ficar comprovada a ausência dos parlamentares, Fragelli admite adotar a mesma providência, com base em dispositivo constitucional.

Emprego e mandato

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, observou que o corte dos **jetons** é da competência administrativa do presidente do Congresso, não cabendo aos parlamentares discutir com a Mesa a medida. "Nós temos um mandato e não uma relação de emprego com o Senado", salientou. O senador entende que o **jeton** somente deve ser pago quando o parlamentar comparecer ao plenário, embora reconheça que o problema decorre de "um defeito da legislação".

A modificação defendida pelo líder do PFL é a de que o parlamentar receba subsídios fixos e pague normalmente o Imposto de Renda, o que não acontece atualmente.